

A SITUAÇÃO PODE MELHORAR PARA NÓS

Bracher sugere que o acordo com os credores está próximo. E prepara-se para o pagamento simbólico dos juros.

O assistente especial para a negociação da dívida, Fernão Bracher, deveria ter algum motivo para estar alegre e animado, ontem à tarde, quando caminhou direto para a câmara de televisão, que o focalizava vindo a pé pela rua 53, até quase encostar o nariz nas lentes, para “um **close** jamais feito”.

O motivo, como ele contaria uma hora depois, ao sair de uma reunião nos escritórios de advocacia Sherman e Sterling, ao lado do Citicorp Center, no centro da Manhattan:

“Acho que hoje foi feito um progresso muito importante. Porque hoje nós dividimos o grupo em dois, de maneira a podermos começar a trabalhar, ativamente, nos assuntos substantivos”.

Ao entrar no prédio proibido para a imprensa, depois da brincadeira com o **câmera**, Fernão Bracher tinha dito que estava chegando para ver “os papéis”. Que papéis seriam esses? Um acordo? — perguntou-lhe o JT. Ele riu, e apenas repetiu: “Os papéis...”

A imprensa o esperava ali, na esquina da 53 com a Lexington, desde cedo. Num momento, por volta do meio-dia, alguns repórteres foram convidados a subir ao quinto andar, onde seria feito um anúncio oficial. Mas mal os primeiros a chegar se instalaram, um representante dos escritórios de advocacia apareceu e pediu a todos que se retirassem, acompanhando-os até a rua, onde avisou os guardas de plantão: “Eles não podem subir”.

Na verdade, o próprio Bracher o confirmaria depois, ele não passara o dia no prédio em que se reuniu a imprensa. Ele esteve na agência do Federal Reserve de Nova York, para onde voltaria após as 5 da tarde, e para onde vai hoje, só que agora em Washington, para um encontro com o seu presidente, Alan Greenspan. A pergunta imediata — por que — ele recusou-se a responder. Mas especula-se que é no Banco Central norte-americano que o Brasil obteria um empréstimo-ponte do governo dos Estados Unidos, como se dizia há uma semana. E é lá também que o Brasil poderia fazer o depósito indireto de um pagamento simbólico dos juros suspensos desde fevereiro, como uma caução, livrando os bancos da data-limite de 26 de outubro, quando teriam que pôr 10% da dívida brasileira como crédito em liquidação, aumentando de novo suas reservas.

Especulações

Fernão Bracher não esclareceu se algumas das especulações tinham consistência. Explicou, rapidamente, que os dois grupos formados ontem se dividirão em acordo de longo prazo, em dois meses, e acordo de curto prazo, em duas semanas.

“Então, acho que isto foi um avanço muito grande, e que mostra que as coisas estão caminhando” — ele acrescentou.

Como o dia 26 é a segunda-feira que vem, e o assistente presidencial para a negociação da dívida está falando em duas semanas, o JT lhe perguntou quando ele espera concluir um acordo:

“Não sei. Enquanto o dia não chegar, não se pode garantir nada”.

Será uma outra “segunda-feira negra”, como os norte-americanos estão chamando a de anteontem, quando a Bolsa de Nova York bateu seu recorde histórico de baixa? Bracher não quis comentar. Mas sabe-se que ele tem resistido a entregar aos negociadores norte-americanos o seu trunfo, o pagamento simbólico que livra os bancos de novos grandes prejuízos, por algo menos do que um acordo de longo prazo, incluindo cerca de 10,4 bilhões de dólares em novos empréstimos. Por outro lado, os bancos ameaçam deixar o Brasil no isolamento do sistema financeiro internacional, cortando suas linhas de crédito de curto prazo, se o Brasil não se mostrar flexível na busca de um acordo. Uma fonte do governo norte-americano disse ao JT, na semana passada, que “o Brasil não quer um acordo rápido”.

Um repórter perguntou a Fernão Bracher, enquanto ele tentava encontrar seu carro, na esquina da Lexington com 53, onde estudantes paravam para ver quem era que a Imprensa cercava, se o rumor de que o Brasil estava se dispondo a pagar 500 milhões de dólares como pagamento simbólico (já se falou, antes, em 400 milhões, e, anteontem, o **Wall Street Journal** apareceu com uma nova cifra, a de 942 milhões de dólares, relativos aos juros de 20 de fevereiro até 31 de maio). Ele respondeu, brincando:

“500 milhões foi quanto a bolsa caiu”.

Estava enganado: a bolsa caiu cinco vezes a dívida brasileira, 560 bilhões de dólares, só anteontem. Apenas um investidor, Sam Walton, que a revista **Forbes** classifica como o homem mais rico dos Estados Unidos, perdeu um bilhão de dólares, tendo uma reação curiosa: “São só papéis...” Essa queda vertiginosa da bolsa afetaria o Brasil? — perguntou-se a Fernão Bracher. “Não sei”, respondeu secamente.

Um repórter, então, lembrou que no Brasil o ministro Bresser Pereira, ontem, “declarou que não fará nenhum pagamento simbólico”. Bracher o corrigiu, dizendo que estava com a nota oficial na mão, na sua versão em inglês — e riu, demonstrando o interesse e a rapidez dos banqueiros em relação aos acontecimentos no Brasil.

“Bresser falou que paga dentro de determinadas circunstâncias.” E prosseguiu: “Tão logo ele esteja fechado (um acordo), tenham a certeza de que terei o maior prazer em correr a vocês para anunciar. Estou trabalhando para isso. Estamos confiantes de que um dia se abra a porta e possamos dizer: gente, está tudo resolvido”.

Um repórter ainda insistiu ter ouvido, de fontes norte-americanas, que a data do dia 26 tinha “caído”, não existia mais diante da queda das bolsas nos principais centros financeiros mundiais. “Caiu nada”, cortou Bracher. “Continua lá. Por que haveria de cair? 26 é dia, e não cotação.”

Uma fonte consultada em Washington, ontem, informava que os encontros entre brasileiros e o Comitê de Bancos Credores, até agora, explorou opções que foram dar “em pecos sem saída”, por problemas técnicos de contabilidade bancária. E uma fonte do Comitê dos Bancos Credores, em Nova York, confirmou que as reuniões têm sido intensas, e a maratona prossegue para que se alcance um acordo até o final desta semana.

Moisés Rabinovici, de Nova York